CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 14/11

Caiado diz que vai anular edital

NOVAS PLACAS Governador eleito afirmou por meio de nota que processo está sob suspeita e que assim que assumir o cargo vai cancelar licitação. MP-GO investiga denúncia de empresas

Catharine Moraes
catharine.moraes@opopular.com.br

O governador eleito Ronaldo Caiado (DEM) afirmou, por meio de nota, que vai anular o processo de contratação de empresa para fabricação, estamparia e implantação de placas veiculares já no modelo adotado pelo Mercosul que deverá ser iniciado hoje pelo Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO). Como o edital será lançado nesta quarta-feira, dia 14, é bem provável que o procedimento só seja concluído quando Caiado já tiver tomado posse, no início de janeiro.

"Não é justo que num momento de crise que atinge o poder de compra dos goianos venham querer nessa hora implantar a troca de placas onerando em muito o cidadão goiano, com uma licitação sob suspeita. Assumindo o governo, vou cancelar a licitação", afirmou o governador eleito em nota encaminhada ao POPULAR no início da noite de terça-feira, dia 11.

O edital é alvo de procedimentos tanto no Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) como no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Ontem, o MP-GO informou que vai analisar denúncia protocolada na última sexta-feira, dia 9, por empresas que pedem a impugnação do processo licitatório. Já o TCE não descarta a anulação do edital após a conclusão da análise que tramita no tribunal.

A licitação que começou em janeiro como concorrência pública e foi modificado para pregão eletrônico chegou a ser suspensa duas vezes por medidas cautelares do TCE. O conselheiro do TCE Saulo Mesquita, que analisa o caso, diz que o tribunal só revogou a medida cautelar que impedia o prosseguimento do pregão, mas que não houve qualquer prejuízo para a continuidade do processo no TCE.

Mesquita diz que no dia 19 de setembro, após apreciar uma denúncia recebida, suspendeu, de forma cautelar, o pregão porque vislumbrou possibilidade de indevida concentração de serviços em uma única contratada. "O mérito da denúncia ainda será objeto de deliberação, podendo resultar, se for o caso, na nulidade do pregão", explica.

O Detran-GO alegou que a resolução do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) permite que a empresa contratada para a fabricação de placas veiculares subcontrate outras empresas para estampagem e lacração de placas. O órgão afirmou que mais de uma empresa fornecerá todo o serviço.

> *"Assumindo o governo, vou cancelar a licitação"*
>
> **Ronaldo Caiado (DEM), governador eleito de Goiás**

O MP-GO vai investigar denúncia protocolada na semana passada sob a alegação de que, com uma única vencedora, as atuais empresas autorizadas a fazer o serviço pelo Denatran não seriam necessariamente subcontratadas pela empresa vencedora da licitação, como alega o Detran-GO, uma vez que não haveria nada que a obrigasse a isso. O proprietário de uma destas empresas afirmou que o ideal seria que todas as habilitadas tenham condições reais de fazer o serviço sem depender de uma subcontratação.

SUBSTITUIÇÃO

A previsão do Detran-GO é de que até 2022 todos os veículos estejam com placas atualizadas já no modelo adotado no Mercosul. Até lá, essa substituição será realizada de forma gradativa, nos momentos em que o usuário necessitar de placa como: veículos novos, perda ou danos na placa e transferência de UF, em casos de transferência de propriedade não vai ser solicitado a troca da placa. O prazo final adotado pelo Denatran para implementação da placa pelo Mercosul é 1º de dezembro de 2018.

A polêmica chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e uma ação civil pública questiona a adoção das novas placas. A última decisão, do presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, é de 26 de outubro, deferindo um pedido da União para que liberasse a placa Mercosul. Com isso, permitiu o emplacamento de veículos em todo o país com o novo modelo. Isso, pelo menos até que ocorra o trânsito em julgado da ação.

Willian Moreira/Futura Press/Estadão Conteúdo



Modelo da nova placa veicular que passará a ser instalada a partir de dezembro em todos os Estados

Empresa que fabrica placa em Goiás é 1ª a fazer novo modelo

O Rio de Janeiro foi o primeiro estado a implementar a nova placa veicular seguindo o modelo adotado no Mercosul. Por lá, o Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RJ) contratou uma única empresa para o serviço de confecção e instalação. A UTSCH Brasil, subsidiária de uma empresa alemã líder mundial em tecnologia de segurança em placas veiculares, é quem trabalha na confecção das placas do Rio de Janeiro e, por lá, o valor permanece igual ao que era cobrado anteriormente: R$ 219,35.

A mesma empresa é quem faz o serviço em Goiás desde 2014, por meio de uma concessão duramente criticada pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO).

A UTSCH Brasil explica que fabrica as placas semiacabadas e imprime o código bidimensional (QR CODE) criptografado, fornecido pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Além de importar os QR CODEs, a empresa envia também para a base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) informações referentes às placas produzidas como nota fiscal e compradores.

Empresários reclamam dificuldade para serviço

Seis empresas afirmam que desde 2010 tentam se credenciar junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO) para confecção e estampa de placas, sem sucesso. Um empresário que não quis se identificar afirmou que, em 2011, com troca de diretoria do Detran-GO, uma portaria suspendeu o credenciamento. Nesta época, entretanto, seis empresas já tinham passado, inclusive, por vistoria. Estes estabelecimentos estariam pagamos taxas e impostos desde então, sem o direito de exercer a atividade ou participar do certame.

O Detran afirmou que as empresas atualizam toda documentação junto ao Detran para renovação a cada 12 meses. O órgão afirmou ainda que todas as empresas aprovadas estão credenciadas no Detran, mas para fornecer o serviço elas devem ser credenciadas também no Denatran. Já o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) informou que foram solicitados dois credenciamentos de fabricantes e 92 de estampadores e que todos já foram publicados.

O POPULAR 14/11

Nota do Tesouro reforça embate sobre finanças

GOVERNO DE GOIÁS Além do atraso no pagamento da folha, divulgação de dado ontem voltou a intensificar o "estica-e-puxa de números" da atual gestão e da equipe de transição de Caiado

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

O atraso do pagamento da folha de outubro e a nota C divulgada ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) reforçam a desconfiança do grupo do governador eleito Ronaldo Caiado (DEM) de que a situação fiscal do Estado é pior do que o cenário apresentado até agora pelo governo estadual. Em um estica-e-puxa de números, a equipe de Caiado trabalha com uma projeção de R$ 3,6 bilhões de descompasso a herdar, enquanto a atual gestão fala apenas em R$ 241 milhões de déficit.

A diferença está nos cálculos financeiro e orçamentário. O governo atual leva em conta apenas a expectativa de arrecadação e de despesa que estava no papel – no Orçamento para 2018. Já as contas feitas pelo grupo de Caiado consideram aquilo que de fato deve ser alcançado de receita e as despesas que possivelmente o Tesouro Estadual não dará conta de bancar.

O POPULAR teve acesso ao documento feito por técnicos da Secretaria da Fazenda (Sefaz) para o grupo de Caiado. A equipe do democrata não informou a fonte das informações e nenhum dos servidores efetivos da Sefaz que auxiliam na análise de dados financeiros quis comentar o documento. A projeção para a receita líquida total para o Estado em 2018 é de R$ 17,85 bilhões, enquanto as despesas alcançariam R$ 21,33 bilhões.

Já da parte do governo, a reportagem solicitou há oito dias o cálculo do déficit financeiro, mas ainda não obteve resposta. O pedido também foi incluído em ofício enviado pela equipe de transição de Caiado. A informação oficial é que a Sefaz deve concluir a projeção esta semana.

Na apresentação do balanço do segundo quadrimestre deste ano, técnicos da Sefaz já admitiram déficit financeiro de R$ 1,1 bilhão (até agosto), apesar de apresentarem resultado primário positivo. Na ocasião, o secretário da Fazenda, Manoel Xavier, disse que houve frustração da receita no segundo quadrimestre devido à crise financeira agravada pela greve dos caminhoneiros.

Nos bastidores da equipe de Caiado, a aposta é de que o atual governo não pagará nem a parte referente aos servidores que recebem até R$ 3,5 mil no salário de dezembro. As informações são de que não haverá mais orçamento. De R$ 1,37 bilhão da folha do último mês, cerca de R$ 300 milhões teriam de ser pagos no mês trabalhado, segundo o cronograma do Estado até aqui.

Ao reafirmar a projeção do déficit orçamentário e contestar críticas de Caiado, no dia 2 de novembro, a equipe de transição nomeada pelo governador José Eliton (PSDB) afirmou que o governo manteria o cronograma de pagamento do funcionalismo, negando atrasos. "O governo de Goiás seguirá o cronograma para o pagamento das folhas de novembro e dezembro, de acordo com o que determina a Constituição, que prevê a quitação até o décimo dia do mês seguinte", afirmou Afrânio Cotrim Júnior, coordenador da equipe do tucano, em nota oficial.

Como este mês o próprio Estado admitiu a necessidade de divisão até o dia 22, o discurso do grupo do governador eleito fica reforçado.

RATING

Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2018, divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, mostra que Goiás mantém nota C, que representa baixo índice de liquidez e impede aval da União a novos empréstimos.

Os dados referem-se a 2017, o que indica que a situação pode piorar nas avaliações das notas no ano que vem. O índice avalia especialmente a capacidade de pagamento dos Estados e municípios. O relatório aponta que 13 Estados possuem nota A ou B, que permite que recebam garantia da União para novos empréstimos.

Guerra de números

Versões divergentes sobre a situação fiscal do Estado põem em conflito governo atual e futuro

*DADOS DO GOVERNO JOSÉ ELITON (PSDB)



O QUE FOI DIVULGADO

Em entrevista ao POPULAR no dia 24 de outubro, o governador anunciou projeção de déficit orçamentário de R$ 241 milhões em 2018. Ressaltou ser o menor descompasso dos últimos anos. Na apresentação das contas do 2º quadrimestre, na semana passada, o governo também admitiu déficit financeiro de R$ 1,1 bilhão até agosto de 2018, mas anunciou superávit primário de R$ 466 milhões.

CONTAS DO TUCANO

- Receita: **R$ 24,468 bilhões**
- Despesa: **R$ 24,710 bilhões**
- Déficit: **R$ 241,777 milhões**

PROBLEMA

O governo não calculou a projeção do déficit financeiro, que considera a receita real e os gastos e permitiria a comparação com os dados da equipe de transição de Caiado. O POPULAR solicitou os dados há uma semana, mas o governo alega que ainda estão sendo calculados.

*DADOS DA EQUIPE DO FUTURO GOVERNADOR RONALDO CAIADO (DEM)



O QUE FOI DIVULGADO

Em tabelas que seriam de cálculos de técnicos da Sefaz, o fluxo de caixa projetado do Tesouro aponta déficit financeiro de R$ 3,591 bilhões em 2018.

CONTAS DA EQUIPE DO DEMOCRATA

- Receita líquida total: **R$ 17,85 bilhões**
- Despesa total: **R$ 21,334 bilhões**
- Saldo de restos a pagar: **R$ 389 milhões**
- Déficit projetado: **R$ 3,591 bilhões**

PROBLEMA

As tabelas são "apócrifas" – não há nenhum técnico que assuma e explique os dados. Outro detalhe é que o cálculo incluiu o empenho de toda a folha de dezembro, o que, segundo o governo, a futura gestão havia sido informada que não ocorreria.

*SINAIS DAS DIFICULDADES DO ESTADO

ATRASOS EM REPASSES

O Estado tem atrasado pagamentos a organizações sociais (OSs) da saúde e da educação profissional, programas sociais e fornecedores.

ATRASOS NA FOLHA

O governo anunciou na segunda-feira cronograma de pagamento a servidores, com atraso de 12 dias. As quitações se encerrarão a oito dias dos novos pagamentos, da folha de novembro. Na folha de setembro, também houve atraso de 9 dias para a quitação integral.

MUDANÇAS EM NORMAS

Decreto do governador José Eliton publicado em 1º de novembro desobrigou o Estado a empenhar e liquidar as despesas com a folha de pessoal no mesmo mês, o que foi interpretado como brecha para atrasos no pagamento dos servidores. Além disso, enviou à Assembleia projeto de lei complementar para incluir gastos com inativos entre aqueles que são contabilizados para o cumprimento da vinculação constitucional com educação.

NOTA C DO TESOURO NACIONAL

Goiás segue com nota C em relação à situação fiscal segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Isso representa baixo índice de liquidez e impede aval da União a novos empréstimos. O relatório anual, divulgado ontem, avalia dados de todos os Estados e municípios (referente a 2017).

O POPULAR 14/11

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Despedida

A inauguração da duplicação da GO-070, que será vistoriada hoje por José Eliton, deve ser o último compromisso externo do tucano como governador de Goiás. A agenda oficial foi marcada para 21 de dezembro. Logo em seguida virão Natal e Réveillon. A duplicação completa tem extensão de 132 quilômetros e foram gastos mais de R$100 milhões.

DIÁRIO DA MANHÃ 14/11

TRANSPARÊNCIA

Vitti entrega projeto da nova sede da Alego para o MPGO e TCE

DA REDÇÃO

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Vitti (PSDB), entregou material com diversas informações da obra da nova sede da Alego para o procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres, durante audiência realizada no MPGO. Em seguida, ele esteve também no Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) repassando o conteúdo para o presidente Kennedy Trindade e o Conselheiro e relator das contas do Legislativo goiano, Edson Ferrari. O documento contém livreto informativo sobre o novo prédio e todos os detalhes do que já foi realizado e um cronograma da obra, além de um pen drive com anexos do projeto.

De acordo com Vitti, o material entregue às instituições visa reforçar as ações de transparência durante todo o processo de construção do novo prédio. "Queremos, acima de tudo, fornecer o máximo de clareza no andamento das obras da nova sede do Poder Legislativo e, portanto, fiz questão de repassar essa documentação com todo o cronograma para facilitar aos órgãos o acompanhamento e fiscalização de todas as etapas da construção", disse.

A escolha da empresa especializada para construção da sede do Parlamento goiano será realizada no dia 6 de dezembro, às 9h, no auditório Solon Amaral. A modalidade da licitação é concorrência, de menor preço, por meio do regime de execução de empreitada por preço global.

DIÁRIO DA MANHÃ 14/11

Policiais protestam contra atraso nos salários

Entidades da Polícia Civil com apoio de lideranças das entidades da Polícia Militar se reuniram para discutir e repudiar o atraso na folha de pagamento dos servidores



Ulisses Aesse
Da editoria de **Cidades**

Um encontro realizado com as entidades policiais de Goiás em razão do não recebimento do salário, movimentou ontem o pátio da Secretaria de Segurança Pública. Os servidores públicos estaduais com salários acima de R$ 3,5 mil estão com seus pagamentos atrasados.

Pela lógica, os depósitos deveriam ter ocorrido na última sexta-feira, já que a data fixada pela Constituição Estadual seria essa. De acordo com a norma estadual, o 10º dia de cada mês subsequente é a data máxima para o pagamento e caiu em um final de semana.

A convocação foi feita pelas entidades da Polícia Civil, com a presença, também, de representantes da Polícia Militar de Goiás. A preocupação é que o atraso deste mês seja repetido, também, na folha de novembro, já que a informação é que a PM, na folha de novembro, deverá ser a última a receber seus provimentos.

No mês passado, em nota à imprensa, a Secretaria da Fazenda afirmou que os vencimentos de até R$ 3.500 reais foram pagos aos servidores no último dia 28 de setembro, o que representa 70% do total do Estado. Os atrasos dos salários começaram, de fato, depois das eleições, quando o atual governador perdeu a disputa com o governador eleito Ronaldo Caiado.

Para a Secretaria da Fazenda, a não quitação do pagamento da dívida do Estado, a mesma que provocou o atraso e parcelamento dos salários do funcionalismo, poderia implicar no 'bloqueio de recursos do Tesouro Estadual'. Essa seria a justificativa da pasta.

Mesmo após os resultados das eleições, o governador Zé Eliton (ele é do PSDB) disse em entrevista coletiva que a sua prioridade, nos três últimos meses do mandato, seria honrar as obrigações constitucionais do Estado. E parece que está dando para trás o cumprimento dessas obrigações, já que o atraso do pagamento tem colocado os servidores em alerta e agora em protesto.

As entidades deliberaram que a partir da data de ontem até a data do efetivo pagamento dos policiais civis, em repúdio ao mal estar causado pelo tratamento desigual do governo estadual quanto a liberação de salário dos órgãos da Segurança Pública, estarão orientando os servidores que compõem a instituição a realizarem suas atividades apenas 'dentro do cumprimento integral do que estabelece as legislações vigentes, no que tange as atividades da Polícia Judiciária, o que vinha sendo por vezes ignorado, a fim de se buscar dar celeridade ao atendimento da população, diante dos parcos recursos humanos existentes'.

Com essa orientação, muitos serviços sofrerão atrasos e demoras, prejudicando o atendimento à população. Por exemplo, flagrantes que necessitarem de deslocamentos para outras cidades não serão realizados até que o Estado cumpra com a sua obrigação constitucional e pague os servidores da Segurança Pública naquilo que foi estipulado em lei. 'Cada um vai fazer, alguma demora vai ter. Não iremos cumprir o excesso de hora trabalhada,' afirma uma das lideranças da Polícia Civil presente na Assembleia.

Segundo as entidades, também, diante do desprestígio que o governo atual adota com a Polícia Civil, as entidades publicaram uma nota para informar à sociedade sobre a operação Legalidade Máxima, reafirmando a orientação de que todos os policiais civis deverão atuar estritamente dentro dos limites de suas atribuições e dentro da carga horária definidos em lei. Isso porque há anos, em razão do baixíssimo efetivo no estado, os referidos policiais têm servido a Segurança Pública e toda sociedade se doando muito além dos limites estabelecidos no ordenamento legal.

As entidades manifestam sua gratidão, na representatividade das associações que atuam em defesa dos Policiais e Bombeiros Militares (no caso, a Assego, ACS e Amigo) e dos Agentes Prisionais (Aspego). Por parte da Polícia Civil, participaram da assembleia a Adpego, Appego, Sindpol, Sinpol e Ugopoci. Ao todo, cinco entidades da Polícia Civil e quatro das coirmãs.



Policiais civis em protesto contra o atraso nos salários

DIÁRIO DA MANHÃ 14/11

Tesouro Nacional condena contas de Goiás

Documento mostra governo do PSDB em situação dramática; Estado não pode mais contrair dívidas e está a uma letra do Rio de Janeiro, que decretou calamidade pública



Welliton Carlos
Da editoria de **Política**

MONTANTE DE ENDIVIDAMENTO (R$ MILHÕES)

Credor	2014	2015	2016	2017
União	10.996	10.283	9.618	9.160
Bancos federais	6.549	7.560	9.263	6.137
Dívida externa	35	37	19	23
Outras	-	-	-	3.586
Dívida Financeira	17.580	17.880	18.899	18.906

A União, através da Secretaria do Tesouro Nacional, condenou ontem, 13, as contas de Goiás e qualificou o Estado em situação econômica delicada quanto aos gastos públicos – principalmente às dívidas contraídas com o Governo Federal e bancos privados. A classificação do Estado é letra "C", quando existe grande condição de insolvência e o estado não pode mais pegar empréstimos. Em outras palavras, significa que Goiás estourou o limite legal e está no 'Serasa' dos Estados.

A pior letra é D, destinada a estados em situação praticamente falimentar e de calamidade pública-incapazes de pagarem suas dívidas e mesmo de se manterem diante da incerteza financeira. "E se Goiás não mudar sua rota de endividamento, o próximo relatório já pode trazer Goiás nesta situação: letra D", alerta o economista Décio Monteiro, especialista em finanças públicas.

Em termos de solvência de suas dívidas, Goiás só está melhor do que o Rio de Janeiro – que passa por intervenção federal após decretar calamidade pública. O problema é que Goiás não pode realizar investimentos

O "Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2018", divulgado pela Secretaria do Tesouro nacional, do Ministério da Fazenda, visa alertar a sociedade para a situação com que os gestores devem deixar os estados após o fim dos mandatos. "O acesso à informação padronizada e confiável permitirá a adoção de políticas públicas adequadas e capazes de atender aos diferentes matizes que caracterizam os Entes integrantes da Federação. Reconhecer as singularidades e as especificidades de Estados e Municípios é parte integrante do processo de elaboração de políticas públicas mais efetivas. A informação e o conhecimento, entende-se, são imprescindíveis para o equacionamento dos desafios fiscais da Federação", diz o relatório.

Conforme o estudo, Goiás tem dívidas de R$ 18,9 bilhões entre débitos com a União e bancos. Os serviços da dívida chegam a R$ 1,8 em 2017. O comprometimento de Goiás tem uma projeção que segue até pelo menos 2026, sendo que o mais grave se configura no binômio Relação Insuficiência Previdenciária/Receita Corrente Líquida.

A despesa com pessoal – conforme se vê no relatório – é um dos maiores do país, com comprometimento gradual de 2015 até 2017. "O ano de 2017 foi marcado por aumento da despesa de pessoal dos Estados. Apenas seis Estados tiveram queda real dessas despesas, na comparação com 2016. De comportamento semelhante, as outras despesas correntes (custeio e transferências aos Municípios) aumentaram para a grande maioria dos Entes. Importante destacar que a maior parte dessas despesas primárias apresenta elevada rigidez no que tange a corte de gastos, reduzindo a capacidade do ajuste fiscal por parte dos gestores estaduais", diz o relatório do Tesouro Nacional.

SOLUÇÃO DISTANTE

Goiás é o sétimo estado com maior crescimento de gastos com servidores. Conforme os especialistas, a questão recai sempre em adendos conquistados pelos próprios servidores dentro da máquina pública. A ex-secretária da Fazenda Ana Carla Abrão diz que é preciso enfrentar dois problemas para conter o aumento da dívida: reestruturar "todos" penduricalhos e gratificações, caso das chamadas "promoções automáticas". Depois, realizar uma "reforma da previdência dos estados", já que elas vivem suas peculiaridades e podem hoje estar em piores condições do que a previdência federal.

Conforme o estudo, a situação de Goiás, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Minas Gerais é apontada como preocupante. Nestes estados, o gasto não se transforma mais em investimento para a sociedade: tudo que é arrecadado só serve para pagar dívidas e compromissos com a folha de pagamento. Goiás tem 120 mil servidores entre ativos e inativos.

Caiado: "Meu compromisso é fazer uma gestão que seja modelo para o País"

Governador eleito recebeu a comenda do Mérito Industrial, concedida pela Fieg, e ministrou palestra sobre "Goiás no Futuro"

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Governador eleito Ronaldo Caiado recebe placa de Sandro Mabel

Helton Lenine

Homenageado, na última segunda-feira, pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) com a comenda do Mérito Industrial, o governador eleito Ronaldo Caiado (Democratas) reforçou o compromisso com o setor produtivo em Goiás e com uma gestão transparente e eficiente, que seja modelo para os outros Estados brasileiros. "É o momento de termos bom senso, equilíbrio e de sabermos compartilhar o que temos para transformarmos Goiás em referência nacional. Os goianos me deram uma oportunidade pela qual lutei a vida toda. Tenho certeza de que não vou decepcioná-los. Sei da importância de governar nosso Estado. Goiás vai ser referência nacional. Acreditem: juntos saberemos nos ombrear nessa luta e mostrar a nossa diferença num curto espaço de tempo", afirmou.

A homenagem do setor produtivo na noite de segunda-feira deveu-se sobretudo a sua atuação no Congresso nos últimos 20 anos, quando lutou pela aprovação de 159 matérias relevantes para o setor produtivo, conforme dados da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). A comenda do Mérito Industrial foi entregue pelas mãos do atual presidente da entidade, Pedro Alves de Oliveira, e do seu futuro presidente, o ex-deputado federal Sandro Mabel. "A homenagem é o nosso reconhecimento por seu protagonismo em defesa da geração de emprego no País. Temos Ronaldo Caiado como um guardião da geração de empregos, que se reflete na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Agora, Ronaldo Caiado terá o novo desafio, que é o de governar Goiás. Mas não estará sozinho. Seremos seus parceiros. O sucesso dele na gestão é o sucesso de nosso Estado", afirmou Pedro Alves de Oliveira.

Também homenageado pelo desempenho de sua empresa Jalles Machado, o empresário Jalles Fontoura de Siqueira fez menção ao trabalho de Ronaldo Caiado em seu discurso. "O senador teve um papel fundamental na convalidação dos incentivos fiscais ao interceder pelo benefício junto à ministra Rosa Weber. Tenho certeza de que trabalhará ainda mais pelo desenvolvimento de Goiás", afirmou.

Ao agradecer a homenagem, Ronaldo Caiado destacou que seu principal objetivo sempre foi o crescimento do Estado. "É uma honra receber esta comenda. Trabalhamos no Congresso com espírito público e com o objetivo claro de defender nosso Estado, de dar condições de desenvolvimento e trazer melhoria na qualidade de vida dos goianos", afirmou.

PERSPECTIVAS

Além da homenagem, Ronaldo Caiado ministrou palestra sobre "Goiás no Futuro" e falou das perspectivas para a sua gestão. O senador reconheceu que o Brasil assiste a um momento de desencanto com a política, que fez com que o cidadão tenha a necessidade de tomar as rédeas das decisões. "Essa situação não foi levada apenas pela corrupção. Foi pela ineficiência e pelo total aparelhamento do Estado. O que precisamos é ter um pouco mais de espírito público. Precisamos ter mais solidariedade e amor ao próximo", resumiu.

Durante a palestra, Ronaldo Caiado lembrou que Goiás hoje é um dos 16 do Estado brasileiros que estão insolventes por causa da má gestão dos recursos públicos. "Mas estou convencido de que vamos superar todos os problemas. Vou me dedicar em tempo integral para buscar soluções para Goiás, com a convicção de que ninguém governa sozinho. Vamos buscar convergência em todos os assuntos. Não podemos errar. Se errarmos, qual a expectativa para os goianos? Aí mora nossa responsabilidade", disse.

Sobre a gestão que pretende implantar em Goiás, Ronaldo Caiado foi enfático ao dizer que irá primar pela eficiência do Estado. "Vou excluir todas as secretarias extraordinárias. As secretarias têm de ter vocação e cada secretário será avaliado todo mês para ver se cumpriu sua meta. Eu, como funcionário público, vou prestar contas com total transparência para que tenhamos a confiança de todos", garantiu.

DIÁRIO DA MANHÃ 14/11

INCENTIVOS FISCAIS

Eliton envia à Assembleia projeto de convalidação

DA REDAÇÃO

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) recebeu, ontem, enviado pelo governador José Eliton, o projeto de lei que convalida os incentivos fiscais concedidos pelo Governo de Goiás para o setor produtivo do Estado com o objetivo de atrair novas empresas e gerar novos empregos.

Aguardando para ser apreciado, o texto propõe a "reinstituição dos incentivos, benefícios fiscais ou financeiro-fiscais do ICMS decorrentes das leis, dos decretos e da legislação complementar do Estado". Com o projeto, o governador cumpre o compromisso firmado com o setor produtivo – empreendedores e trabalhadores – de manter as ações de estímulo ao crescimento da economia goiana.

O projeto de lei encaminhado para deliberação dos 41 deputados estaduais também convalida os incentivos estabelecidos aprovados até 8 de agosto de 2017 e também aqueles que tenham passado por modificações após essa data.

Assim, afirma o ofício mensagem encaminhado pelo governador para a mesa diretora da Assembleia, ficam reinstituídos os incentivos que se encontram em vigor publicados até 8 de agosto de 2017 o que tenham sido modificados após essa data para reduzir o alcance ou o montante dos benefícios.

O projeto de convalidação observa que as modificações feitas nos incentivos após 8 de agosto de 2017 estão previstas no Convênio ICMS 190/2017 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), instância do Ministério da Fazenda responsável pela celebração de convênios, para efeito de concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais.

A cláusula nona desse convênio autoriza as unidades federadas autorizadas a reinstituir, até 28 de dezembro deste ano, os benefícios fiscais, por meio de legislação estadual ou distrital publicada nos respectivos diários oficiais, decorrentes de atos normativos editados pelos Estados e pelo Distrito Federal publicados até 8 de agosto de 2017 e que ainda se encontrem em vigor.



José Eliton: incentivos fiscais atraem empresas ao Estado

Os parágrafos primeiro e segundo da cláusula nona do convênio, por outro lado autorizam também a "modificação do ato normativo, a partir de 8 de agosto de 2017, para prorrogar ou reduzir o alcance ou o montante dos benefícios fiscais" e afirmam que, "não havendo a reinstituição prevista, a unidade federada deve revogar, até 28 de dezembro de 2018, os respectivos atos normativos e os atos concessivos deles decorrentes". Assim, a normatização vigente determina que, se os incentivos não forem reinstituídos devem ser revogados dentro desse mesmo prazo estabelecido.

INCENTIVOS

Os incentivos fiscais estabelecidos por meio do Programa Produzir são a principal política pública de atração de novos investimentos privados para Goiás nas duas últimas décadas. Os novos instrumentos de estímulo ao crescimento econômico foram aperfeiçoados a partir de 1999. Desde então, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado saltou de R$ 17,4 bilhões em 1998 para uma previsão de mais de R$ 200 bilhões em para o fechamento deste ano.

DIVERSIFICAÇÃO

Com os incentivos, a economia goiana se industrializou e se diversificou no Estado, com impacto positivo sobre os três grandes setores (agropecuária, indústria e serviços), gerando 1,1 milhão de empregos formais em Goiás no período.



XADREZ

xadrez@ohoje.com.br
VENCESLAU **PIMENTEL**

Governo adotará teletrabalho para servidor efetivo e comissionado

O governo de Goiás vai poder adotar, em breve, o sistema de teletrabalho no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado. É que a Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan) ficou de enviar à Casa Civil, já na próxima semana, a minuta do decreto que regulamenta a lei nº 20.320/18, que trata do home office, elaborado por um grupo de trabalhado criado na pasta. O projeto, de iniciativa do governador José Eliton, foi aprovado na Assembleia Legislativa e a lei sancionada na semana passada. "Trata-se de importante mecanismo de redesenho de tradicionais e centralizadas estruturas organizacionais, que passam a dar lugar a ferramentas mais ágeis, descentralizadas e dotadas de maior eficiência econômica e administrativa na produção de resultados que interessam à sociedade", justifica.



O HOJE 14/11

Eliton quer manter incentivos

Governador quer cumprir compromisso assumido com o setor produtivo do Estado

RAPHAEL BEZERRA*



Projeto encaminhado pelo governador José Eliton propõe a reinstituição dos incentivos e benefícios fiscais oferecidos pelo Estado

O governador José Eliton encaminhou nesta terça-feira (13) para apreciação da Assembleia Legislativa projeto de lei que convalida os incentivos fiscais concedidos pelo Governo de Goiás para o setor produtivo do Estado com o objetivo de atrair novas empresas e gerar novos empregos.

O texto propõe a "reinstituição dos incentivos, benefícios fiscais ou financeiro-fiscais do ICMS decorrentes das leis, dos decretos e da legislação complementar do Estado". Com o projeto, o governador cumpre o compromisso firmado com o setor produtivo – empreendedores e trabalhadores – de manter as ações de estímulo ao crescimento da economia goiana.

O projeto de lei encaminhado para deliberação dos 41 deputados estaduais e convalida os incentivos estabelecidos aprovados até 8 de agosto de 2017 e também aqueles que tenham passado por modificações após essa data. Assim, afirma o ofício mensagem encaminhado pelo governador para a mesa diretora da Assembleia, ficam reinstituídos os incentivos que se encontram em vigor publicados até 8 de agosto de 2017 o que tenham sido modificados após essa data para reduzir o alcance ou o montante dos benefícios.

O projeto de convalidação observa que as modificações feitas nos incentivos após 8 de agosto de 2017 estão previstas no Convênio ICMS 190/2017 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), instância do Ministério da Fazenda responsável pela celebração de convênios, para efeito de concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais. A cláusula nona desse convênio autoriza as unidades federadas autorizadas a reinstituir, até 28 de dezembro deste ano, os benefícios fiscais, por meio de legislação estadual ou distrital publicada nos respectivos diários oficiais, decorrentes de atos normativos editados pelos Estados e pelo Distrito Federal publicados até 8 de agosto de 2017 e que ainda se encontrem em vigor.

Os parágrafos primeiro e segundo da cláusula nona do convênio, por outro lado autorizam também a "modificação do ato normativo, a partir de 8 de agosto de 2017, para prorrogar ou reduzir o alcance ou o montante dos benefícios fiscais" e afirmam que, "não havendo a reinstituição prevista, a unidade federada deve revogar, até 28 de dezembro de 2018, os respectivos atos normativos e os atos concessivos deles decorrentes". Assim, a normatização vigente determina que, se os incentivos não forem reinstituídos devem ser revogados dentro desse mesmo prazo estabelecido.

Os incentivos fiscais estabelecidos por meio do Programa Produzir são a principal política pública de atração de novos investimentos privados para Goiás nas duas últimas décadas. Os novos instrumentos de estímulo ao crescimento econômico foram aperfeiçoados a partir de 1999.

Desde então, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado saltou de R$ 17,4 bilhões em 1998 para uma previsão de mais de R$ 200 bilhões em para o fechamento deste ano. Com os incentivos, a economia goiana se industrializou e se diversificou no Estado, com impacto positivo sobre os três grandes setores (agropecuária, indústria e serviços), gerando 1,1 milhão de empregos formais em Goiás no período. **(* Especial para O Hoje)**

Estado de Goiás atrai investimentos e deve gerar novos empregos

Mais 14 empresas devem se instalar ou ampliar suas atividades no Estado com investimentos fixos de R$ 32,82 milhões e a criação de 322 novos empregos diretos por meio dos benefícios do Programa Produzir, da Secretaria estadual de Desenvolvimento (SED), aprovados nesta terça-feira (13). Os investimentos serão realizados nos municípios de Goiânia, Itumbiara, Bela Vista de Goiás, Rio Verde, Itaberaí, Aparecida de Goiânia, Firminópolis, Mozarlândia, Inhumas, Barro Alto, Goiatuba e Senador Canedo. Soma-se o número praticamente triplicado de empregos indiretos nos municípios e regiões onde as indústrias estão inseridas.



Grupo JBS é um dos que vão ampliar filiais no Estado

Foram aprovados grandes investimentos, como o da mineradora Bautech Minerais, em Barro Alto, cujo valor fixo é de R$ 11,79 milhões, para instalação de uma unidade de beneficiamento de minério de alumínio, com geração de 30 empregos diretos. A empresa JBS vai investir R$ 2,74 milhões na expansão da planta de Mozarlândia, cuja atividade frigorífica e de abate de bovinos acumula a industrialização, distribuição e comercialização não apenas dos produtos in natura, mas também de alimentos industrializados derivados da carne de gado. Vai abrir 160 novas vagas de empregos diretos, além dos indiretos decorrentes.

A reunião desta terça-feira foi presidida pelo superintendente Executivo de Indústria e Comércio da SED, Luiz Medeiros Pinto. Ele comemorou os "resultados do trabalho feito pelo Governo de Goiás ao longo dos últimos anos, que continua rendendo frutos agregadores de valor para a economia e o crescimento do Estado. Prova disso é a confiança depositada no Estado por empresas de peso como as que aprovamos hoje, cujos aportes somam-se às importantes conquistas feitas por Goiás".

Com os investimentos atraídos, o estado de Goiás busca manter queda no número de desempregados. O estado vem reduzindo a taxa de desempregados a cada estatística. Em última pesquisa realizada pelo Instituto Mauro Borges, os números começam a animar o setor público e comercial que veem a queda como positiva para o aumento de compras de fim de ano.A expectativa é recuperar a queda nas vendas do varejo que reduziram em 1,3% no mês de setembro, o maior impacto sentido foram nos hipermercados, alimentos, bebidas e fumo.

Desemprego em Goiás

A taxa de desocupação ou desemprego de Goiás reduziu para 9,5% no segundo trimestre de 2018, o que representou uma redução de 0,7 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc-IBGE).

Mantido chamamento de OS para Complexo Regulador

A Justiça estadual manteve o edital para seleção de organização social (OS) para fazer o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações no Complexo Regulador Estadual, da Secretaria de Estado da Saúde. A juíza Zilmene Gomide da Silva Manzolli, da 4ª Vara da Fazenda Pública do Estado de Goiás, negou liminar pedida pelo Sindicato dos Trabalhadores no Sistema Único de Saúde (Sindsaúde), que queria suspender o edital de chamamento público.

A juíza entendeu que a seleção da OS busca otimizar o atendimento do cidadão ao serviço público, ao contrário das alegações do sindicato, motivo pelo qual indeferiu o pedido. "Percebe-se que a parceria decorrente do chamamento público não definirá as diretrizes do gerenciamento de acesso ao sistema de saúde, mas apenas o otimizará, tendo por finalidade o interesse público", pontuou Zilmene.

A juíza acatou o argumento da Procuradoria-Geral do Estado, que esclareceu que a regulação do serviço público é uma atividade administrativa que objetiva disciplinar, regulamentar e fiscalizar o serviço prestado por outrem. Já a regulação de acesso à assistência pelo SUS busca otimizar, mediante coordenação eficiente de recursos, o acesso ao sistema. Apenas a segunda é atividade indelegável, que somente pode ser exercida pelo Estado. **(especial para O Hoje)**

O HOJE 14/11

Programa social já atendeu 2 milhões

O Programa Ação Cidadã completa 200 edições com nova sede na Praça Cívica e abre espaço no antigo prédio para o Instituto Tecnológico do Estado de Goiás em Artes (Itego) Basileu França

O governador José Eliton foi homenageado nesta terça feira (13) pelas 200 edições do Programa Ação Cidadã, completadas em Caldas Novas, em setembro último. Em visita às novas instalações da Secretaria Cidadã, na Praça Cívica, Eliton recebeu um troféu alusivo ao Ação Cidadã 200 com um texto do poeta alemão, Bertold Brecht. "Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis".

Titular da Pasta, Murilo Mendonça agradeceu ao governador pelo apoio institucional e financeiro para a realização do Ação Cidadã, que, desde 2015 acumulou mais de 1 milhão e 600 mil atendimentos em 202 edições – 64 em 2018. "Não por acaso o senhor, em sua solenidade de posse em abril, fez compromisso de governar com foco na área social. Nós, da Secretaria Cidadã, testemunhamos o cumprimento deste compromisso", afirmou Mendonça ao citar os outros programas sociais jurisdicionados pela secretaria, como os Programas Jovem Cidadão, Renda Cidadã, Passaporte do Idoso, Passe Livre do Deficiente, Programa Pão e Leite, além da política intensa na defesa das mulheres, com a articulação para formar a Rede Estadual pelo Fim da Violência Contra a Mulher, que redundou no subsídio ao governador José Eliton para sancionar dois decretos em junho de 2018 que ampliaram as políticas públicas para proteção das mulheres.

José Eliton agradeceu a homenagem e aos servidores, que, de acordo com ele, cumpriram bem o objetivo principal do governo, que é levar a mão do Estado para os que mais precisam. "Agradeço a dedicação do secretário Murilo e de todos os servidores desta pasta que servem a população com programas sociais tão importantes como o Renda Cidadã, Jovem Cidadão e Jovem Cidadão PCD. São ações que melhoram a vida das pessoas e impulsionam o crescimento das famílias. Vamos concluir esse mandato como se estivéssemos começando, com a mesma dedicação, vamos atender a população da melhor forma possível. Espero que Goiás possa entender a grandiosidade do trabalho que desenvolvemos ao longo desses anos", destacou o governador.

Por determinação do governador José Eliton, a Secretaria Cidadã mudou de sede, deixando os prédios do Setor Universitário para ocupar a antiga sede do Tribunal de Contas do Estado (TCE), na Praça Cívica. A mudança atende a uma antiga demanda do Instituto Tecnológico do Estado de Goiás em Artes (Itego) Basileu França, que vai ocupar o espaço deixado pela Cidadã para ampliar suas atividades.

REDAÇÃO 13/11

TRANSPARÊNCIA

Vitti entrega material com detalhes da nova sede da Alego para o MPGO e TCE

Documento contém cronograma da obra

| 13.11.18 - 17:52

Tweetar Share 0



A Redação

Goiânia - O presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Vitti (PSDB), entregou na manhã desta terça-feira (13/11), um material com diversas informações da obra da nova sede da Alego para o procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres, durante audiência realizada no MPGO. Em seguida, ele esteve também no Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) repassando o conteúdo para o presidente Kennedy Trindade e o Conselheiro e relator das contas do Legislativo goiano, Edson Ferrari.

O documento contém livreto informativo sobre o novo prédio e todos os detalhes do que já foi realizado e um cronograma da obra, além de um pen drive com anexos do projeto.

De acordo com Vitti, o material entregue às instituições visa reforçar as ações de transparência durante todo o processo de construção do novo prédio. "Queremos, acima de tudo, fornecer o máximo de clareza no andamento das obras da nova sede do Poder Legislativo e, portanto, fiz questão de repassar essa documentação com todo o cronograma para facilitar aos órgãos o acompanhamento e fiscalização de todas as etapas da construção", disse.

A escolha da empresa especializada para construção da sede do Parlamento goiano será realizada no dia 6 de dezembro, às 9h, no auditório Solon Amaral. A modalidade da licitação é concorrência, de menor preço, por meio do regime de execução de empreitada por preço global.